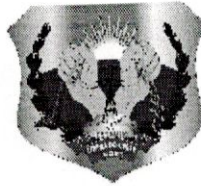


4

Avenida Pres. Médici esq.c/Rua Reginaldo F. Borges, nº 1240 - Centro
Caixa Postal nº. 35 - CEP 76.861-000 - Itapua do Oeste - (RJO)
Fone/Fax: (0XX69) 3231 2283
e-mail: www.camaraitapua@hotmail.com

Jefferson Eduardo O. Azevedo
Vereador



ESTADO DE RÔNDONIA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

PROJETO DE LEI Nº 008/2021

DE 24 DE JUNHO DE 2021

**DISPÕE: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL
DE JOVEM APRENDIZ PELA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO
DE ITAPUÃ DO OESTE.**

O Prefeito Municipal de Itapuã do Oeste, MOISÉS GARCIA CAVALHEIRO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do Art.94 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal- JOVEM APRENDIZ para atuarem nas áreas administrativa da Administração Pública direta e indireta do Município de Itapuã do Oeste e no âmbito do Poder Legislativo Municipal, que atenda aos requisitos da Lei Federal nº10.097/2000, Decreto nº9579/2018 e desta Lei.

§ 1º Aprendiz é o maior de 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, que celebra contrato de aprendizagem nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

*1º Abido
13-08-21
Bruna Borges*



§ 2º O trabalho do jovem aprendiz, não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, conforme a convenção nº.182 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

§ 3º A contratação de aprendizes deverá atender prioritariamente aos jovens, em situação de vulnerabilidade econômico-social, bem como em conflito com a lei, e os egressos do sistema de cumprimento de medidas socioeducativas, encaminhados pelo CRAS, CREAS, SEMTAS e Conselho Tutelar, abrigos, casa Lar e Bolsa Família, desde que atendam aos requisitos da Lei e que estejam:

- I. Frequentando a partir do 7º ano do Ensino Fundamental e/ou médio (Regular, EJA);
- II. Possuir renda familiar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo;
- III. Comprovar ser residente no Município

Art. 2º Contrato de Aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, de 01 (um) ano e podendo ser renovado por mais um ano, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz inscrito no Programa de aprendizagem:

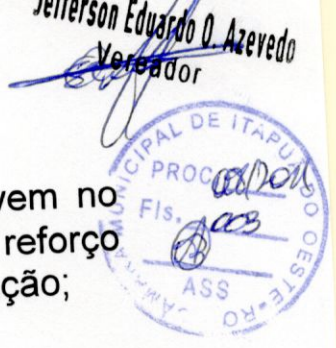
I - Formação técnico-profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico;

II - Fomentar políticas públicas de integração dos serviços governamentais e não governamentais para a promoção educativa do aprendiz:

III - criar oportunidade de ingresso do jovem no mercado de trabalho, através do desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e das atitudes, desenvolvendo o senso de responsabilidade e iniciativa através da consciência de seus direitos e deveres enquanto cidadão, bem como de valores éticos;

IV - Propiciar aos jovens as condições para exercer uma iniciação profissional na área administrativa;

V - Estimular a inserção ou reinserção do jovem no sistema educacional e, quando necessário, proporcionar o reforço escolar a fim de garantir e melhorar o processo de escolarização;



Parágrafo único. O aprendiz se compromete:

- I. A executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação;
- II. Apresentar, trimestralmente, à contratada, comprovante de aproveitamento e frequência escolar.


Art. 3º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na carteira de trabalho e previdência social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, e inscrição em programa de aprendizagem e desenvolvimento sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Art. 4º As hipóteses de extinção e rescisão do contrato do aprendiz são:

- I. Término do seu prazo de duração;
- II. Quando o aprendiz chegar à idade-limite de 24 anos;
- III. Ou, antecipadamente, nos seguintes casos:
 - a) Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;
 - b) Falta disciplinar grave (art. 482 da CLT);
 - c) Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;
 - d) A pedido do aprendiz.

§ 1º Entende-se por formação técnico-profissional metódica, para efeitos do contrato de aprendizagem, as atividades teóricas e práticas metodicamente organizadas em tarefa de complexidade progressiva, desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Vereador
[Assinatura]



§ 2º A formação de que trata o caput deste artigo realizar-se-á por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas conforme definidas nos art 8º desta Lei.

§ 3º A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

- I. Garantia de acesso e frequência obrigatória mínima ao ensino fundamental e médio;
- II. Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Art. 5. Ao jovem aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo/hora pelo ente público contratante.

§ 1º O Adolescente irá trabalhar de segunda à sexta-feira, com jornada de trabalho de 4 horas diárias, nos horários da manhã (08 às 12 horas) ou à tarde (14 às 18 horas), deverão ser computadas no salário também as horas destinadas às atividades teóricas, o descanso semanal remunerado e feriados

§ 2º As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado ao empregador fixar período diverso daquele definido no Programa de aprendizagem.

§ 3º O aprendiz com idade inferior a vinte e quatro anos é assegurado acompanhamento psicopedagógico diferenciado, em respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 4º O percentual de que trata o parágrafo 3º será atingido progressivamente e o seu cumprimento ficará condicionado à alocação de recursos para essa finalidade, conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. Ao Aprendiz com idade inferior a vinte e quatro anos é assegurado acompanhamento psicopedagógico

diferenciado, em respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Jefferson Eduardo O. Azevedo
Vereador



Art. 6º- O Departamento Municipal responsável pelo processo de fiscalização, e de acompanhamento do programa será definido em regulamento, onde terá como principal função atuar de modo a fortalecer as relações cotidianas entre os setores e colaboradores dos órgãos públicos com adolescentes contratados, destacando a importância deste no dia a dia dos órgãos

Art. 7º- As empresas públicas poderão optar pela contratação direta, hipótese em que deverão fazê-lo por processo seletivo divulgado por meio de edital ou, indiretamente, por meio das ESFL (art. 16 do Decreto nº 9.579/2018).

Art. 8º- Caso opte por contratação das ESFL para execução dos objetivos de que trata a presente Lei fica, portanto o poder Executivo autorizado a celebrar convenio, contrato, acordo, ajuste, termo de parceria ou outro instrumento semelhante com entidades não governamentais sediadas nos municípios, nos termos do decreto Federal nº 9.579/2018, e respeitadas as disposições das legislações existentes

§ 1º Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao jovem e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e credenciada no Ministério do Trabalho como uma instituição formadora

§ 2º As entidades sem fins lucrativos de que trata essa Lei, contratarão os adolescentes inscritos no programa sob regime de contrato de aprendizagem, observadas as disposições da CLT e da Lei Federal nº 10.097/2000

§ 3º As entidades deverão emitir certificados de qualificação profissional aos aprendizes que concluírem o programa de aprendizagem com aproveitamento satisfatório

Jefferson Eduardo D. Azevedo
Vereador

§ 4º As entidades deverão acompanhar e comprovar mensalmente no mínimo 75% (Setenta e cinco por cento) de frequência dos adolescentes no curso, e o aproveitamento individual (nota) de cada aluno de no mínimo 6,0 (Seis)

§ 5º A falta ao curso teórico de aprendizagem poderá ser descontada no salário do aprendiz, pois as horas dedicadas às atividades teóricas também integram a jornada do aprendiz, podendo ser descontadas as faltas que não forem legalmente justificadas (art. 131 da CLT) ou autorizadas pelo empregador, inclusive com reflexos no recebimento do repouso semanal remunerado e nos eventuais feriados da semana.

§ 6º As Entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados

§ 7º A entidade qualificada em formação técnico profissional metódica, devem promover, orientar e coordenar as atividades desenvolvidas na parte teórica e garantir a integração em suas ações da família dos jovens, fazendo com que os pais participem do processo de aprendizagem, e para isso poderá elaborar projetos de desenvolvimento e valorização do programa como

1- Ações para melhorar o desempenho escolar dos jovens e conscientizá-los da importância do estudo;

2-

Ações visando harmonizar as aptidões dos jovens com as necessidades dos setores por meio da seleção por competência comportamental:

3- Ações para enriquecer a formação dos jovens e auxiliá-los nos primeiros passos rumo ao mercado de trabalho.

4- Ações visando a integração entre os colaboradores do órgão empregador e os participantes e a divulgação do programa para o público externo.

Jefferson Eduardo O. Azevedo
Vereador



Art. 9º- Cabe ao Conselho tutelar no Município verificar dentre outros aspectos, a adequação das instalações físicas e as condições gerais em que se desenvolve a aprendizagem, a regularidade quanto a constituição da entidade e, principalmente, a observância das proibições previstas no ECA e os requisitos elencados no art. 3º, caput e incisos I a VII, da Resolução nº74, de 13 de setembro de 2001, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), ou em outros dispositivos normativos que venham a regulamentar tais requisitos.

Art. 10º-. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, verbas orçamentárias, suplementadas, se necessário utilizando-se de crédito especial, adicional ou suplementar, a ser aberto em época adequada mediante lei específica.

Art. 11º- O Poder executivo regulamentará a presente Lei em 60 dias.

Art. 12º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapuí do Oeste/RO, 24 de junho de 2021

Jefferson Eduardo O. Azevedo
Vereador

JEFFERSON EDUARDO OLIVEIRA AZEVEDO



PARECER DO RELATOR

PROJETO DE LEI N° 008/2021

AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL

Parecer do relator da comissão orçamento e finanças

O relator da **COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS**, da câmara municipal de Itapua do oeste-RO no uso das suas atribuições legais conferida no regimento interno nessa casa de leis apresenta-se o parecer nos termos seguinte:

Trata-se de projeto de lei municipal **008/2021** de autoria do poder executivo municipal:

“DISPÕE: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE JOVEM APRENDIZ PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO DE ITAPUÃ DO OESTE”.

Inicialmente, para que surte seus efeitos legais quanto ao mérito do parecer da comissão de finanças e orçamentos dispõe o artigo 219 inciso II, do regimento interno desta casa:

IN VERBIS:

ART.219 – As proposições serão distribuídas;

II – Quando envolver aspecto financeiro ou orçamentários públicos, a comissão de finanças e orçamentos, para o exame da compatibilidade ou adequação orçamentaria e financeiro;

Portanto, após analisar o contexto desse projeto de leis, estando absolutamente todo adequadamente, e amparado com as técnicas necessárias, diretrizes e planilhas de orçamento regular, o relator opina a favor, podendo ser analisado e votado em plenário.

SALA DAS COMISSÕES, 16 de agosto de 2021.


ANTÔNIO COSTA SENA
RELATOR



PARECER DO PRESIDENTE

PROJETO DE LEI N 008/2021

AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL

Inicialmente, faz se necessário citar o parecer do relator. Vejamos:

O relator da **COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS**, da câmara municipal de Itapua do oeste-RO no uso das suas atribuições legais conferida no regimento interno nessa casa de leis apresenta-se o parecer nos termos seguinte:

Trata-se de projeto de lei municipal 008/2021, de autoria do poder executivo municipal:

“DISPÕE: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE JOVEM APRENDIZ PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO DE ITAPUÃ DO OESTE”.

Inicialmente, para que surte seus efeitos legais quanto ao mérito do parecer da comissão de finança e orçamento dispõe o artigo 219 inciso II, do regimento interno desta casa:

IN VERBIS:

ART.219 – As proposições serão distribuídas;

II – Quando envolver aspecto financeiro ou orçamentários públicos, a comissão de finanças e orçamentos, para o exame da compatibilidade ou adequação orçamentaria e financeiro;

DECISAO E VOTO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Em reunião, com os membros com a comissão de finanças e orçamentos, para fins de tratar do projeto de lei **008/2021**, o presidente da comissão de finanças e orçamentos juntamente com relato e membro decide:

Portanto, após analisar o contesto desse projeto de leis, estando absolutamente todo adequadamente, e amparado com as técnicas necessárias, diretrizes e planilhas de orçamento regular, o presidente e demais membros da comissão opina a favor, podendo ser analisado e votado em plenário.

SALA DAS COMISSÕES, 16 de agosto de 2021.

HILBETO PASCOAL

PRESIDENTE

ANTONIO COSTA SENA

RELATOR

LUCAS SANTANA FIUZA

MEMBRO



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER DA PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 008/2021
Autoria: Legislativo Municipal



Inicialmente, faz-se necessário citar o parecer do relator. Vejamos:

“O relator da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**, da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste – RO, no uso de suas atribuições conferidas no regimento interno desta Casa de Leis, apresenta seu parecer os termos seguintes: Trata-se de Projeto de Lei nº 008/2021, de autoria do Poder Legislativo, que, “Dispõem: Institui o programa municipal de jovem aprendiz pela administração direta e indireta do município de Itapuã do Oeste-RO”.

Inicialmente, para que não haja dúvidas quanto ao mérito do parecer da CCJR, é que a relatoria invoca o artigo 219, I do RI, cito: Art. 219 – As proposições serão distribuídas: I – obrigatoriamente, à CCJR para o exame da admissibilidade constitucional, juridicidade e de técnica legislativa. Portanto, após analisar o contexto deste projeto de lei, estando absolutamente todo adequadamente, e amparado com todas as técnicas necessárias, diretrizes e planilhas de orçamento regular, esta relatoria opina a favor, podendo este ser analisado e votado pelo plenário.”


DECISÃO E VOTO DA PRESIDENTE DA CCJR

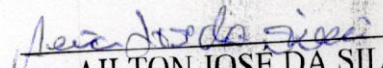
Em reunião para fins de tratar deste projeto de lei nº 008/2021, a presidente da comissão CCJR juntamente com o relator, e membros decidem:

Somos a favor do projeto, podendo ser deliberado e votado em plenário.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2021.


MINÉIA DA SILVA PEREIRA
Presidente da CCJR


JEFFERSON EDUARDO OLIVEIRA AZEVEDO
Relator da CCJR


AILTON JOSÉ DA SILVA
Vereador/membro



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



PARECER DA PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 008/2021
Autoria: Legislativo Municipal

Inicialmente, faz-se necessário citar o parecer do relator. Vejamos:

“O relator da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**, da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste – RO, no uso de suas atribuições conferidas no regimento interno desta Casa de Leis, apresenta seu parecer os termos seguintes: Trata-se de Projeto de Lei nº 008/2021, de autoria do Poder Legislativo, que, “Dispõem: Institui o programa municipal de jovem aprendiz pela administração direta e indireta do município de Itapuã do Oeste-RO”.


Inicialmente, para que não haja dúvidas quanto ao mérito do parecer da CCJR, é que a relatoria invoca o artigo 219, I do RI, cito: Art. 219 – As proposições serão distribuídas: I – obrigatoriamente, à CCJR para o exame da admissibilidade constitucional, juridicidade e de técnica legislativa. Portanto, após analisar o contexto deste projeto de lei, estando absolutamente todo adequadamente, e amparado com todas as técnicas necessárias, diretrizes e planilhas de orçamento regular, esta relatoria opina a favor, podendo este ser analisado e votado pelo plenário.”

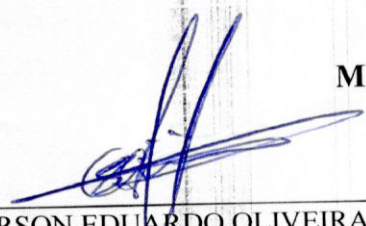
DECISÃO E VOTO DA PRESIDENTE DA CCJR

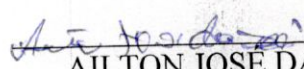
Em reunião para fins de tratar deste projeto de lei nº 008/2021, a presidente da comissão CCJR juntamente com o relator, e membros decidem:

Somos a favor do projeto, podendo ser deliberado e votado em plenário.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2021.


MINÉIA DA SILVA PEREIRA
Presidente da CCJR


JEFFERSON EDUARDO OLIVEIRA AZEVEDO
Relator da CCJR


AILTON JOSÉ DA SILVA
Vereador/membro



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO



CÉDULA DE VOTAÇÃO

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 008/2021

LEITURA ()		VOTAÇÃO ()			
VEREADORES (AS)	A favor	Contra	Abst.	Ausent	
Antônio Costa Sena	X				
Ailton José da Silva	X				
Fabio J. da Silva Ferreira	X				
Hilberto Pascoal Pereira	X				
Ivan Carlos T. de Oliveira	X				
Jefferson Eduardo O. Azevedo	X				
Vereador Vice-Presidente					
Lucas Santana Fiuza	X				
2º secretário					
Minéia da Silva Pereira	X				
1º secretária					
Rose Lopes dos Santos Oliveira					
Presidente					

SIM	08
NÃO	
Abstenções	
Ausente	

Aprovado	0X
Rejeitado	

Itapua do Oeste – RO, 15 de setembro de 2021.

Rose L. dos Santos Oliveira
Rose L. dos Santos Oliveira
Vereadora Presidente

Jefferson Eduardo O. Azevedo
Jefferson Eduardo O. –
Vereador Vice-Presidente

Minéia da Silva Pereira
1º secretária

Lucas Santana Fiuza
Lucas Santana Fiuza
2º secretário



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
GABINETE DA PRESIDENCIA



AUTÓGRAFO Nº 055/2021
PROJETO DE LEI Nº 008/2021
DE 24 DE JUNHO DE 2021

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE
JOVEM APRENDIZ PELA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE
ITAPUÃ DO OESTE.

O Prefeito Municipal de Itapua do Oeste, MOISÉS GARCIA CAVALHEIRO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do Art.94 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal- JOVEM APRENDIZ para atuarem nas áreas administrativa da Administração Pública direta e indireta do Município de Itapua do Oeste e no âmbito do Poder Legislativo Municipal, que atenda aos requisitos da Lei Federal nº 10.097/2000, Decreto nº 9579/2018 e desta Lei.

§ 1º Aprendiz é o maior de 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, que celebra contrato de aprendizagem nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 2º O trabalho do jovem aprendiz, não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, conforme a convenção nº.182 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

§ 3º A contratação de aprendizes deverá atender prioritariamente aos jovens, em situação de vulnerabilidade econômico-social, bem como em conflito com a lei, e os egressos do sistema de cumprimento de medidas socioeducativas, encaminhados pelo CRAS, CREAS, SEMTAS e Conselho Tutelar, abrigos, casa Lar e Bolsa Família, desde que atendam aos requisitos da Lei e que estejam:

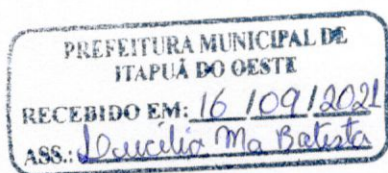
I. Frequentando a partir do 7º ano do Ensino Fundamental e/ou médio (Regular, EJA);

Pres. Médici esq.c/Rua Reginaldo F. Borges, nº 1280 - Centro
Caixa Postal nº. 35 - CEP 76.861-000 – Itapua do Oeste – (RO)

Fone/Fax; (0XX69) 3231 2283

e-mail: admincamara@camaraitapuaodoeste.com

site: www.camaradeitapuaodoeste.ro.gov.br



(P)



- II. Possuir renda familiar per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo;
- III. Comprovar ser residente no Município

- III. Comprovar ser residente no Município

Art. 2º Contrato de Aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, de 01 (um) ano e podendo ser renovado por mais um ano, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz inscrito no Programa de aprendizagem:

- 1 - Formação técnico-profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico;

- II - Fomentar políticas públicas de integração dos serviços governamentais e não governamentais para a promoção educativa do aprendiz:

- III - criar oportunidade de ingresso do jovem no mercado de trabalho, através do desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e das atitudes, desenvolvendo o senso de responsabilidade e iniciativa através da consciência de seus direitos e deveres enquanto cidadão, bem como de valores éticos;

- IV - Propiciar aos jovens as condições para exercer uma iniciação profissional na área administrativa;

- V - Estimular a inserção ou reinserção do jovem no sistema educacional e, quando necessário, proporcionar o reforço escolar a fim de garantir e melhorar o processo de escolarização;

Parágrafo único. O aprendiz se compromete:

- I. A executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação;
- II. Apresentar, trimestralmente, à contratada, comprovante de aproveitamento e frequência escolar.

- II. Apresentar, trimestralmente, à contratada, comprovante de aproveitamento e frequência escolar.



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
GABINETE DA PRESIDENCIA



Art. 3º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na carteira de trabalho e previdência social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, e inscrição em programa de aprendizagem e desenvolvimento sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Art. 4º As hipóteses de extinção e rescisão do contrato do aprendiz são:

- I. Término do seu prazo de duração;
- II. Quando o aprendiz chegar à idade-limite de 24 anos;
- III. Ou, antecipadamente, nos seguintes casos:
 - a) Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;
 - b) Falta disciplinar grave (art. 482 da CLT);
 - c) Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;
 - d) A pedido do aprendiz.

§ 1º Entende-se por formação técnico-profissional metódica, para efeitos do contrato de aprendizagem, as atividades teóricas e práticas metodicamente organizadas em tarefa de complexidade progressiva, desenvolvidas no ambiente de trabalho.

§ 2º A formação de que trata o caput deste artigo realizar-se-á por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas conforme definidas nos art 8º desta Lei.

§ 3º A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
GABINETE DA PRESIDENCIA



- I. Garantia de acesso e frequência obrigatória mínima ao ensino fundamental e médio;
- II. Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Art. 5. Ao jovem aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo/hora pelo ente público contratante.

§ 1º O Adolescente irá trabalhar de segunda à sexta-feira, com jornada de trabalho de 4 horas diárias, nos horários da manhã (08 às 12 horas) ou à tarde (14 às 18 horas), deverão ser computadas no salário também as horas destinadas às atividades teóricas, o descanso semanal remunerado e feriados

§ 2º As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado ao empregador fixar período diverso daquele definido no Programa de aprendizagem.

§ 3º O aprendiz com idade inferior a vinte e quatro anos é assegurado acompanhamento psicopedagógico diferenciado, em respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 4º O percentual de que trata o parágrafo 3º será atingido progressivamente e o seu cumprimento ficará condicionado à alocação de recursos para essa finalidade, conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. Ao Aprendiz com idade inferior a vinte e quatro anos é assegurado acompanhamento psicopedagógico diferenciado, em respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 6º- O Departamento Municipal responsável pelo processo de fiscalização, e de acompanhamento do programa será definido em regulamento, onde terá como principal função atuar de

Pres. Médici esq.c/Rua Reginaldo F. Borges, nº 1280 - Centro
Caixa Postal nº. 35 - CEP 76.861-000 – Itapuã do Oeste – (RO)

Fone/Fax; (0XX69) 3231 2283

e-mail: admincamara@camaraitapuadooeste.com

site: www.camaradeitapuadooeste.ro.gov.br



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
GABINETE DA PRESIDENCIA



modo a fortalecer as relações cotidianas entre os setores e colaboradores dos órgãos públicos com adolescentes contratados, destacando a importância deste no dia a dia dos órgãos

Art. 7º- As empresas públicas poderão optar pela contratação direta, hipótese em que deverão fazê-lo por processo seletivo divulgado por meio de edital ou, indiretamente, por meio das ESFL (art. 16 do Decreto nº 9.579/2018).

Art. 8º- Caso opte por contratação das ESFL para execução dos objetivos de que trata a presente Lei fica, portanto o poder Executivo autorizado a celebrar convenio, contrato, acordo, ajuste, termo de parceria ou outro instrumento semelhante com entidades não governamentais sediadas nos municípios, nos termos do decreto Federal nº 9.579/2018, e respeitadas as disposições das legislações existentes

§ 1º Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao jovem e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e credenciada no Ministério do Trabalho como uma instituição formadora

§ 2º As entidades sem fins lucrativos de que trata essa Lei, contratarão os adolescentes inscritos no programa sob regime de contrato de aprendizagem, observadas as disposições da CLT e da Lei Federal nº 10.097/2000

§ 3º As entidades deverão emitir certificados de qualificação profissional aos aprendizes que concluírem o programa de aprendizagem com aproveitamento satisfatório

§ 4º As entidades deverão acompanhar e comprovar mensalmente no mínimo 75% (Setenta e cinco por cento) de frequência



dos adolescentes no curso, e o aproveitamento individual (nota) de cada aluno de no mínimo 6,0 (Seis)

§ 5º A falta ao curso teórico de aprendizagem poderá ser descontada no salário do aprendiz, pois as horas dedicadas às atividades teóricas também integram a jornada do aprendiz, podendo ser descontadas as faltas que não forem legalmente justificadas (art. 131 da CLT) ou autorizadas pelo empregador, inclusive com reflexos no recebimento do repouso semanal remunerado e nos eventuais feriados da semana.

§ 6º As Entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados

§ 7º A entidade qualificada em formação técnico profissional metódica, devem promover, orientar e coordenar as atividades desenvolvidas na parte teórica e garantir a integração em suas ações da família dos jovens, fazendo com que os pais participem do processo de aprendizagem, e para isso poderá elaborar projetos de desenvolvimento e valorização do programa como

1- Ações para melhorar o desempenho escolar dos jovens e conscientizá-los da importância do estudo;

2-

Ações visando harmonizar as aptidões dos jovens com as necessidades dos setores por meio da seleção por competência comportamental:

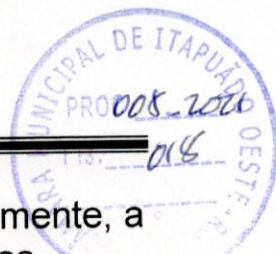
3- Ações para enriquecer a formação dos jovens e auxiliá-los nos primeiros passos rumo ao mercado de trabalho.

4- Ações visando a integração entre os colaboradores do órgão empregador e os participantes e a divulgação do programa para o público externo.

Art.9º- Cabe ao Conselho tutelar no Município verificar dentre outros aspectos, a adequação das instalações físicas e as condições gerais em que se desenvolve a aprendizagem, a



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
GABINETE DA PRESIDENCIA




regularidade quanto a constituição da entidade e, principalmente, a observância das proibições previstas no ECA e os requisitos elencados no art. 3º, caput e incisos I a VII, da Resolução nº74, de 13 de setembro de 2001, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), ou em outros dispositivos normativos que venham a regulamentar tais requisitos.

Art. 10º- As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, verbas orçamentárias, suplementadas, se necessário utilizando-se de crédito especial, adicional ou suplementar, a ser aberto em época adequada mediante lei específica.

Art. 11º- O Poder executivo regulamentará a presente Lei em 60 dias.

Art. 12º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapuã do Oeste - RO, 16 de setembro de 2021.


ROSE LOPES DOS SANTOS OLIVEIRA
Vereador-Presidente



PARECER JURÍDICO Nº 041/2021

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 008/2021

De 24 de junho de 2021

Poder Legislativo

VETO TOTAL

AUTÓGRAFO Nº 055/2021.



DISPÕE: Institui o programa municipal de jovem aprendiz pela administração direta e indireta do município de Itapuã do Oeste.

1 - A Mesa da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste, no uso de suas atribuições solicita parecer jurídico quanto à fundamentação do **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 008/2021** de 24 de junho de 2021, Poder Legislativo, que “**Institui** o programa municipal de jovem aprendiz pela administração direta e indireta do município de Itapuã do Oeste..”

2 - O Chefe do Poder Executivo Municipal vetou **TOTALMENTE** o dito Projeto de Lei Municipal, cujo direito de veto está consagrado na Lei Orgânica em seu artigo 47 e §§, fundamentando-o com suas razões, seja de inconstitucionalidade, de interesse público, político ou de mero interesse particular.

Alegações do veto:

“Art. 44 e seus incisos da LO. (**Lá transcritos**)

Justificou que para a execução do projeto de lei “**prevê a criação do programa bem como contrato remunerado de pessoal**”.

3 – De fato, o projeto de lei “instituiu, criou” o programa o que é claramente inconstitucional, o que se vê transcrito no art. 1º do cujo de nº 008/2021:

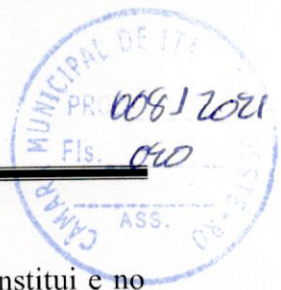
“**Art. 1º Fica criado o Programa Municipal- JOVEM APRENDIZ** para atuarem nas áreas administrativa da Administração Pública direta e indireta do Município de Itapuã do Oeste e no âmbito do Poder Legislativo Municipal, que atenda aos requisitos da Lei Federal nº10.097/2000, Decreto nº9579/2018 e desta Lei. (GRIFAMOS).

4 – Entendemos que o legislador tem o dever de confeccionar leis, resoluções e decretos legislativos e exigir que o Poder executivo faça a transparência em seu exercício.

O art. 38 da LO determina a competência do vereador em iniciar leis, assim escrito:

“**Art. 38** - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica. ”

Também se faz necessário que seja determinante pela Carta Magna previsto no art. 31, art. 38 50 e seg da LO e no art. 89 e seguintes do Regimento Interno.



5 - A ementa do projeto de lei 02/09/2021 do Poder Legislativo institui e no art. 1º cria um programa ainda nada a ver com contratação de pessoal. Não contrata pessoal. Dá obrigação ao Poder executivo promover o programa porque já fora criado e ou instituído.

6 - Pelo art. 47, §4º o Poder Legislativo tem o prazo de 30 dias para apreciar o veto e deverá ter o voto de maioria absoluta para rejeitá-lo. Não tendo esse número de votos em contrário, o veto fica aprovado.

7 - São as Razões apresentadas para o Veto.

8 - Quanto às razões do veto, por inconstitucionalidade, antijuridicidade ou ilegal, (“os motivos são por interesse particular”), nós nos posicionamos ao seu favor, às razões apresentadas, no que concerne à criação de um programa, mas não para a contratação de pessoas. **A única fundamentação plausível é que é de competência do poder executivo criar cargos e despesas lá para o Poder Executivo. Assim entendemos.** Outrora, a Câmara de Vereadores aprovou um projeto de lei cujo conteúdo é de apenas autorizar o a (contratação de pessoal caso necessite) como bem lhe aprouver, cuja obrigação de publicar no Portal de Transparência já é causa discutida e de sua obrigação.

9 - A fundamentação logrou êxito (parcialmente), por não atingir à real hermenêutica jurídica que precise para o caso vetado, mas alegou inconstitucionalidade mesmo não dizendo do real porquê.

10 - A Doutrina, Vejamos:

(Hely Lopes Meirelles in DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO, 11ª ED. Pg. 621).

“Veto é a proposição formal do Executivo ao projeto de lei aprovado pelo Legislativo e remetido para sanção e promulgação. Diz-se total quando se refere ao texto inteiro, e quando é parcial quando alude a algumas de suas proposições. O veto é ato eminentemente político do executivo, razão pela qual é inatacável por via judicial e só pode ser apreciado pela Câmara na forma regimental.” ... (grifamos)

11 - A Lei Orgânica prescreve em seu art. 65, III e IV, c/c O art. 47 §1º da Lei Orgânica ainda preceitua sobre o veto, *a saber*:

“Art. 65 – Ao Prefeito compete, entre outras, as seguintes atribuições:

III – sancionar, promulgar e fazer publicar as Leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamentos para a sua fiel execução;

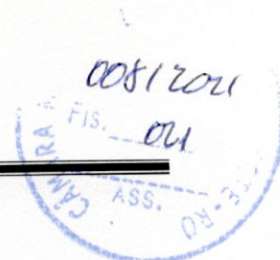
IV – vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara, observadas as normas estabelecidas nesta lei.”

“Art. 47 – Aprovado o projeto de Lei, será encaminhado seu autógrafa ao Prefeito, concordando, o sancionará.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público, o vetará total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA
ASSESSORIA JURÍDICA



seu recebimento. "

12 - Pelo exposto, somos do entendimento de que o **Veto apresentado** ao Projeto de Lei municipal nº 008 de 24 de junho de 2021 tem fundamentação legal na tangente da inconstitucionalidade previsto realmente no art. 47 e §§ da Lei Orgânica que dá competência ao Chefe do Poder Executivo Municipal de Vetar no todo ou em parte os projetos de leis aprovados pela Câmara Municipal.

Somos do entendimento que o veto possa prosperar por estar com a fundamentação pouco condizente, mas no possível, legal e plausível com as normas legais.

Por sua vez, a Câmara deve apreciar O VETO sabendo que de fato seus fundamentos abrangem o dever legal do Executivo Municipal.

O Poder Legislativo, pôs no bojo do Projeto de Lei em sua ementa e em seu art. 1º a "instituição e a criação" do Programa

S.M.J. É o nosso Parecer.

Itapua do Oeste - RO, 07 de outubro de 2021.

JOEMAR ANTONIO BASSO

Assinado de forma digital por JOEMAR
ANTONIO BASSO
Dados: 2021.10.07 14:38:57 -04'00'

Dr. Joemar Antonio Basso
Assessor Jurídico - OAB-RO. 232-B
Termo de posse 007/2006